

Veículo: Jornal Vanguarda do Norte

Editoria: Economia

Tipo notícia: Artigo

Página: 07

Data de publicação: 23/05/2023

Origem da notícia: Iniciativa da mídia

Categorias: Polo Industrial de Manaus |
Suframa | FIEAM

Valoração: R\$ 303.900,42

FIEAM **SESI** **SENAI** **IEL**

Água, petróleo e potássio em benefício da Amazônia?

Nelson Azevedo Nelson é economista, empresário e presidente do Sindicato da Indústria Metalúrgica, Metalomecânica e de Mat. Elétricos de Manaus, Conselheiro do CIEAM e vice-presidente da FIEAM. "É hora, pois, da mobilização regional, de apressar a frente parlamentar da Amazônia em novos formatos, apoiados pelas entidades de classe do setor produtivo de todos os estados e a respectiva opinião pública. Só assim, água, petróleo, bionegócios, potássio e outros itens minerais poderão ser gerenciados pelos atores regionais e em benefício de nossa gente. E isso é muito urgente!" Na definição dos ativos naturais da Amazônia, o Brasil anda a passos largos na falta de direção objetiva e perspectiva de benefícios para a região. Água temos em exaustão, algo em torno de 23% da água doce da Terra, a céu aberto, dizem os cientistas, sem contar os gigantescos aquíferos de Alter-do-Chão e o Içá-Solimões, capazes de fornecer os recursos hídricos às demais regiões do Brasil e do Cone Sul, onde uma seca castiga a região há mais de uma década. Infelizmente, inexistente uma metodologia regional para monetizar estes imensuráveis recursos ou mesmo para compartilhar seus benefícios. Quanto ao petróleo, uma fonte estigmatizada por seu componente comprometedor do aquecimento global, há anos o Brasil já sabe que na Amazônia há mais do que uma Venezuela do óleo negro. Na Guiana e o Suriname, existem dados que remetem à descobertas de 13 bilhões de barris, enquanto a Petrobras calcula uma reserva de 10 bilhões de barris. Abundância perversa? Voltando à questão da água, o problema atual é a forma como a opinião pública brasileira atribui valor econômico à água. Nada mais conservador neste momento da história em que água é o insumo mais precioso que o petróleo, por exemplo, no Oriente Médio. Consideramos apenas como valor de uso direto, portabilidade, irrigação, geração de energia... Este é mais um caso da abundância perversa(?) que bem poderia ser utilizado - se fosse monetizado - como contrapartida da suposta renúncia fiscal reivindicada pelo Brasil mesmo considerando que não há gasto público na estruturação e funcionamento do Polo Industrial de Manaus. Por que tardamos em monetizar, por exemplo, os rios voadores, pra começo de conversa. O que seria da agricultura, das hidrelétricas e do abastecimento dos reservatórios do Sudeste? Vamos fazer cálculos e cobranças. De quebra, a população passaria a cuidar dos mananciais, igarapés e rios, conscientes de seu perfil mercadológico. Transição energética Quanto ao petróleo, o Brasil se encontra numa verdadeira encruzilhada. O atual governo está dividido entre os que defendem as perfurações na Foz do Rio Amazonas e os que deploram o retrocesso, pois o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito com promessas de transição energética e escolheu Marina Silva para tocar o compromisso de palanque. Dificilmente cumprirá. Como ex-sindicalista, o presidente não vai perder a oportunidade das receitas que essa operação vai propiciar, algo em torno de US\$200 bilhões de investimentos e uma

quantidade de empregos e impostos proporcionais a essa bagatela. Dilema sustentável A única chance de Marina Silva se manter no governo e o Brasil seguir arrebanhando doadores para o Fundo Amazônia será sua capacidade de demonstrar que a transição energética no Brasil, que trouxe o país de volta ao protagonismo ambiental, é muito mais promissor do que Lula supõe, ou consegue antever como resultado de sua catequese climática de proteção da natureza, incluindo empregos sustentáveis na Amazônia, com a manutenção e diversificação da economia da ZFM. Conflito político e dilema sustentável. Auto-suficiência do potássio As reservas medidas de potássio somam 1.152,545 milhões de toneladas, com teores que variam entre 14,31 a 38,69% de cloreto de potássio. Ocorrem em estratos pouco espessos (2 a 5 metros) e profundidades que variam entre 980 e 1.140 metros. O Amazonas vem discutindo há duas décadas as características estratégicas destas reservas no contexto de um plano de desenvolvimento regional sustentável, considerando: a atração ao Pólo Industrial de Manaus (PIM) de indústrias de fertilizantes e químicas e os benefícios econômicos e sociais a partir da interiorização do processo de industrialização; a consolidação da Hidrovia do Madeira; a promoção da auto-suficiência brasileira em potássio (K); e os mecanismos de proteção da floresta amazônica. E como ficaria a economia da Amazônia? Como será administrado o volume de recursos até aqui arrecadado pelo novo governo agregado à reativação do Fundo Amazônia? Permanecerá o princípio da sustentabilidade segundo o qual a melhor maneira de proteger um bem natural é atribuir-lhe finalidade econômica? Tomara que sim. Poderemos incluir o adensamento e a interiorização do Polo Industrial de Manaus, na perspectiva do desenvolvimento econômico e socioambiental com a Bioeconomia a partir da diversidade biológica? O mesmo critério de sustentabilidade como reposição dos estoques naturais e atendimento das demandas sociais poderá ser estendido aos recursos minerais como a água, o potássio, o petróleo e o gás natural onde eles possam atender as exigências legais. É hora, pois, da mobilização regional, de apressar a frente parlamentar da Amazônia em novos formatos, apoiados pelas entidades de classe do setor produtivo de todos os estados e a respectiva opinião pública. Só assim, água, petróleo, bionegócios, potássio e outros itens minerais poderão ser gerenciados pelos atores regionais e em benefício de nossa gente. E isso é muito urgente!



Impresso:

<https://amazonclip.s3.amazonaws.com/impressos/2023/05/23/Ny0yMy0wNS0yMDIzXzA4OjM3.png>